

**GT 12 - Currículo****A ECOLOGIA DE SABERES POR UMA CIDADANIA PLANETÁRIA: A  
UNIVERSIDADE COMO CONTEXTO DISCURSIVO**

Silvia Elisabeth Moraes  
Ludmila de Almeida Freire

**1 INTRODUÇÃO**

Esse ensaio propõe uma discussão sobre a questão do conhecimento na contemporaneidade, especificamente no seio da universidade, de modo a traçar apontamentos sobre a nova conjuntura do saber em ascensão, visando à formação de uma cidadania planetária. Nessa direção, a ecologia de saberes apresenta-se como categoria basilar de nossa reflexão.

A Ciência, eleita entre os diversos saberes como pedra angular do currículo acadêmico, diante do crescente acesso aos meios de comunicação e de informação que vêm delineando novas formas de interação e organização social, recebeu a sociedade civil como forte interlocutor e mecanismo regulador para além do Estado e da Indústria, fato esse que colocou em cheque seu papel tradicional.

Nesse novo contexto epistemológico, a ecologia de saberes apresenta-se como postura de diálogo e articulação entre saberes antes alijados, permitindo novas configurações do conhecimento consonantes com uma cidadania mais ampla. Essa cidadania, que chamamos de planetária, é concebida nesse trabalho como significante flutuante que se articula em uma variedade de projetos concretos de acordo com os contextos discursivos em que são inseridos. Tais contextos abrigam ideias como internacionalismo, cosmopolitismo, sustentabilidade,

direitos humanos, justiça social, interdependência. Destacamos o papel da universidade como território de articulação da cidadania planetária em toda a sua importância e abrangência.

## 2 CONTEXTUALIZANDO A QUESTÃO

A universidade há muito tem sofrido certo descompasso entre as novas práticas sociais e o conhecimento que em seu chão é desenvolvido. A análise dessa crise não é simples, pois implica tanto questões engessadas e conservadoras da própria cultura acadêmica e científica em seus diversos contextos, como a nível mais amplo esbarra em um momento de reestruturação social frente a formação de uma nova cultura globalizada que aproxima simultaneamente o global e o local, o real e o virtual.

Para LYOTARD (1986), estando a humanidade na era da expansão tecnológica, dos textos eletrônicos, da difusão dos computadores e da informação, estamos à disposição das cambiantes configurações que essa nova realidade sugerir. Em PEREIRA (2000), o cenário atual produz diferentes formas de organização social que enfraquecem velhos hábitos e vínculos sociais, tornando a realidade híbrida, caótica e imprevisível.

A conjuntura apresentada tem recebido por alguns autores o nome de pós-modernidade (LYOTARD, 1986; HALL, 2002), pois estes acreditam estarmos vivendo um momento de superação da perspectiva estruturalista, das metanarrativas, da visão teleológica da história, do abalo da confiança na ciência e racionalidade moderna. Para outros autores não se trata de um momento de ruptura com a Modernidade, mas sim algo como uma *Modernidade Líquida* (BAUMAN, 2001), ou uma *Hipermodernidade* (LIPOVETSKY, 2004), ou ainda uma *Alta Modernidade* (GUIDDENS, 1991), onde os pressupostos da razão moderna continuariam presentes, mas haveria agora uma maximização e uma potencialização de suas características, devido ao alto nível de avanço tecnológico em um momento de reorganização do capital, que tornam a realidade ainda mais incerta e transitória<sup>1</sup>.

Os autores de ambas vertentes parecem convergir na percepção de que o atual momento histórico tem gerado para a sociedade em seus mais profundos aspectos um momento de crise, de mudança paradigmática, onde os pressupostos da era moderna parecem não dar mais conta da complexa realidade que criamos, gerando assim um processo de

---

<sup>1</sup>Em nosso entendimento demarcar o atual momento histórico com essas nomenclaturas não é em si o mais importante, podendo mesmo tornar-se restritivo, visto a constatação da nossa limitação em acompanhar com profundidade as consequências geradas pelos últimos avanços tecnológicos e por essa nova dinâmica de comunicação e difusão da informação. Interessa-nos, sobretudo, a problematização realizada por esses autores sobre essas transformações, especialmente suas implicações epistemológicas.

transição para um novo paradigma cuja organização ainda está em plena fase de maturação (JAPIASSU, 1986; KUHN, 2001; EPSTEIN, 1988).

Para Thomas Kuhn em *A Estrutura das Revoluções Científicas*, um paradigma consta de um conjunto de princípios e teorias aceitos por uma comunidade científica que devem reger e orientar todas as outras formulações a serem produzidas. Essa compreensão se evidencia com muita clareza nas chamadas Ciências Naturais. No caso das Ciências Sociais ou Ciências Humanas, Sousa Santos (2011) irá destacar que mesmo tendo estas um caráter pré-paradigmático devido ao fato da própria natureza subjetiva do objeto e do pesquisador não promoverem um consenso paradigmático, “pelo que o debate tende a atravessar verticalmente todo o conhecimento adquirido” (p.67), ainda assim, mesmo nestas ciências, a seta norteadora é a do paradigma da ciência moderna, apesar de estas já estarem a revelar há algum tempo os sintomas de sua crise.

O cenário apresentado evidencia a necessidade de muitas instituições sociais precisarem ser revisadas no sentido de se ter repensada sua missão e remodelamento dentro de uma sociedade em mudança. No que tange à universidade pública brasileira, assistimos a polarização de dois discursos defendidos por autores que se debruçam sobre essa questão; o primeiro argumento esboça o reconhecimento de que a universidade passa por uma crise de legitimidade frente aos novos desafios sociais que lhes são postos, mas defendem a redefinição de sua identidade e, por conseguinte, sua missão social, reivindicando seu papel imprescindível na consolidação de um projeto político para a sociedade.

Na outra ponta, orquestrado pelo produtivismo neoliberal, encontramos um discurso que ataca a universidade, defendendo o seu desmantelamento a partir da justificativa de um anacronismo estanque. Para essa perspectiva a universidade é uma instituição falida e não corresponde às demandas do capital, travestidas muitas vezes nesse discurso como prementes necessidades para adequação ao novo século.

Nossa compreensão é a de que não é possível negar as mudanças irreversíveis de um mundo cada vez mais interconectado, imbuído de toda polissemia que o termo globalização pode assumir. Essa realidade implica, inevitavelmente, na mudança organizacional, cultural, epistemológica, mas sobretudo, ideológica das instituições sociais. Seguindo essa direção, a universidade é colocada numa posição tanto de repensar suas bases, como se fazer ativa no processo, contribuindo na consolidação de um novo paradigma.

É de fundamental importância destacar que o conhecimento e a tecnologia assumiram nessa sociedade de *capitalismo tardio* (MANDEL, 1985) um papel econômico

central na força produtiva, determinando assim o patamar hierárquico das nações de acordo com seu arsenal científico.

Da mesma forma, há que se considerar que mesmo o Estado mais desenvolvido em termos de domínio desse conhecimento não consegue resolver as profundas contradições e desigualdades sociais geradas pela dinâmica vigente. Desse modo, em uma instituição como a universidade pública, que no caso do Brasil vem se imbricando ao longo de todo século XX com a consolidação de um projeto político nacional (SANTOS, 2004), resta a difícil tarefa de se posicionar de forma contra-hegemônica, mas ao mesmo tempo coerente com as transformações em curso.

Tendo em Boaventura de Sousa Santos grande expoente que contribui com obra para os mais diversos campos científicos, destacamos sua pertinência teórica para nos ajudar nesta reflexão na designação de dois elementos fundamentais presente em sua literatura: profícuo alicerce teórico no que diz respeito à análise de questões de cunho epistemológico, bem como o forte cariz político impresso em seu pensamento, onde identificamos a militância por um conhecimento engajado, comprometido com projetos sociais emancipatórios.

Ambos os elementos são tratados pelo autor de maneira indissociável nas relações sociais, assim como acreditamos que devem ser considerados no vasto esteio de interações que é a Educação. Desse modo, desejamos captar de seus escritos as possibilidades junto à Educação, especialmente no que concerne a questão do conhecimento desenvolvido na universidade, privilegiando seu potencial para contribuir com esse novo paradigma epistêmico sobre as bases políticas e identitárias que já começamos a defender que a universidade precisa assumir e que serão melhor detalhados no próximo tópico.

### **3 A ECOLOGIA DE SABERES COMO ALTERNATIVA À MONOCULTURA DO SABER CIENTÍFICO**

A Ecologia de Saberes, perspectiva basilar da análise aqui procedida, deve ser compreendida no âmbito mais amplo da *sociologia das ausências*, investimento teórico desenvolvido por Santos (2006). Trata-se de uma investigação que visa trazer à visibilidade uma vasta gama de possibilidades culturais, epistemológicas, experienciais, tornadas invisíveis por uma lógica hegemônica que não só desqualifica e deslegitima estas outras formas do fazer social, como as torna não presentes, indignas de serem consideradas como razoáveis frente a lógica racional em curso.

O autor destaca que há diversas formas de produzir esta não existência, mas que todas obedecem a uma mesma lógica de monocultura, onde as experiências que não interessam são colocadas irrevogavelmente fora de suas fronteiras e, portanto, não passíveis de serem consideradas importantes ou relevantes. O estabelecimento desses espaços hegemônicos de verdade caracteriza pelo menos cinco âmbitos de monoculturas: a *monocultura do saber e do rigor do saber*, a *monocultura do tempo linear*, a *monocultura da naturalização das diferenças*, a *monocultura do universal e do global* e a *monocultura dos critérios de produtividade e de eficácia capitalista*.

A explicitação dessas formas de monocultura estende-se a toda tessitura social, mas para efeito de nossa análise, importa-nos a dedicação sobre a primeira e mais poderosa delas, a *monoculturado saber e do rigor científico*<sup>2</sup>. Versa sobre a constituição da ciência moderna e da alta cultura como as únicas formas possíveis de verdade e estética. A partir do estabelecimento de um cânone, com seus critérios próprios de legitimação, que não são imparciais e nem servem a grupos indistintos, tudo o que não se adequa a este cânone é descartado ao limbo da ignorância e da não cultura. Todas as instituições que lidam com a questão do conhecimento e da arte estão profundamente imbricadas na reprodução ou rompimento com essa lógica, a depender das escolhas que fazem de trazer ou não à cena atores e elementos presentes na heterogeneidade do mundo.

A *sociologia das ausências* tem então o intuito de demonstrar, em todos os âmbitos sociais, inclusive ao que concerne a questão do conhecimento, que uma série de possibilidades plurais tem sido deixada de fora por uma ótica hegemônica que pretende se estabelecer como única. A invisibilização de todas essas realidades é designada por Santos como sendo um *desperdício da experiência* (idem, 2006). Apenas partindo do reconhecimento dessas outras vozes e experiências sociais e desvelando as intencionalidades que lhes querem calar, podemos corajosamente olhar para o futuro de maneira criativa na proposição de projetos emancipatórios alternativos.

Nesse sentido propositivo, o autor designa cinco tipos de ecologias que, respectivamente, devem fazer frente a cada tipo de monocultura. Tratam-se de apontamentos construídos a partir de várias experiências de pesquisas<sup>3</sup> desenvolvidas por Santos junto a

---

<sup>2</sup> Sobre o detalhamento de todas as monoculturas sobre as quais disserta Santos, bem como as cinco ecologias que lhes fazem frente, conferir o texto do autor "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", in Barreira, César (Ed.), *Sociologia e Conhecimento além das Fronteiras*. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2006

<sup>3</sup> Parte dos resultados dessas pesquisas podem ser encontrados em uma série de publicações provenientes de uma pesquisa desenvolvida pelo autor intitulada "Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos". Os títulos completos de todas as obras podem ser encontrados no site <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/>

grupos e realidades até então ignoradas ou desperdiçadas. São estas ecologias: a *ecologia de saberes*, a *ecologia das temporalidades*, a *ecologia dos reconhecimentos*, a *ecologia das trans-escalas* e a *ecologia das produtividades*(ibidem 2006).

Como já referido, ao que interessa a esse estudo iremos nos deter ao primeiro tipo de ecologia, a *ecologia de saberes*, que pretende fazer frente a *monocultura do saber e do rigor do saber*. Nessa perspectiva é necessário reconhecer que outras formas de saberes permeiam as práticas sociais, gozando de legitimidade e relevância para os que os põe em prática. Tratam-se de saberes tradicionais, por vezes apreendidos por via de uma cultura oral, mas que demonstram força e significado social em sua permanência junto às comunidades. Podem ser provenientes de crenças religiosas, sabedoria popular, conhecimento tácito, que se consolidam independente do conhecimento científico.

Vale sempre destacar que, por trás da desconsideração, desses saberes esconde-se um histórico de exclusão social de grupos minoritários, a quem foi negada a possibilidade de inserção nessa cultura científica, mas que foram se desenvolvendo com suas razões e signos próprios. O autor destaca então que toda injustiça social esconde também uma injustiça cognitiva.

A credibilidade a qual usufruem estes saberes alijados junto a seus atores, deve ser condição suficiente para o estabelecimento do diálogo com outras formas de saber, como o saber científico, sem que estes sejam considerados inferiores ou subalternos. Essa afirmação encontra uma premissa muito contundente na obra do autor, a de que não há ignorância em geral e nem conhecimento em geral, mas que *toda ignorância é ignorante de um certo conhecimento, e todo conhecimento é a superação de uma ignorância particular* (SANTOS, 2011a, p.74). Este sentido de incompletude do conhecimento é que torna possível uma postura dialógica entre os saberes, sobretudo no encaminhamento de respostas a determinada situação social, que nunca é simples e constitutiva de apenas uma face, relacionada apenas a um tipo de saber.

No que tange a universidade, a *ecologia de saberes* pode ser compreendida como um aprofundamento da pesquisa-ação e possui a missão de reorientar de forma solidária a relação entre universidade e sociedade (SANTOS, 2011b). A escolha institucional por proporcionar experiências nesse sentido possibilita tanto a formação para a solidariedade e compromisso social dos estudantes como busca corrigir injustiças com os grupos sociais detentores desses saberes que venham a compor tal parceria.

A ecologia de saberes na universidade é uma espécie de extensão ao contrário, segundo o autor, onde a universidade busca abrir espaços para os saberes de fora da

universidade a adentrarem, estabelecendo um diálogo com os saberes acadêmicos. Trata-se também de uma postura reparadora da própria universidade, que há muito tem sido responsável por certo epistemicídio (idem, p.76) dessas outras formas de elaborações, desqualificando-as e reforçando o fosso da desigualdade entre as elites e o sujeito comum.

A defesa da ecologia de saberes no âmbito das atividades acadêmicas significa a defesa da compreensão de comunidades epistêmicas mais amplas, onde setores da sociedade podem e devem ser coprodutores desse conhecimento. Isso deve implicar na própria agenda de prioridades de pesquisas a serem desenvolvidas, reorientando-as para as necessidades de quem irá usufruir de seus resultados num sentido emancipador, ou seja, para grupos excluídos da sociedade ou mesmo para a maior parte da população que, no Brasil, financiam a pesquisa nas universidades públicas através de seus altos impostos.

#### **4 CIDADANIA PLANETÁRIA COMO SIGNIFICANTE FLUTUANTE**

Outra contribuição para pensarmos nas possibilidades epistemológicas dos diversos saberes no seio da universidade para o fomento de uma cidadania mais ampliada dá-se pela contribuição da Linguística através do conceito de significante flutuante. A ideia de significante flutuante remonta a Saussure (1979) que definiu um signo linguístico como sendo composto por um "significante" (*signifiant*) - a forma que o signo tem - e o "significado" (*signifié*) - o conceito que representa. O signo é o todo que resulta da associação do significante com o significado, ou seja, uma combinação reconhecível de um significante com um especial significado. Desde então tivemos contribuições de Claude Levi-Strauss (1968), Chandler (2013), Lacan (1977), Goldman & Papson (1994). Um significante vazio ou flutuante é aquele que tem um significado vago, altamente variável, não especificável ou não existente. Tais significados significam coisas diferentes para pessoas diferentes: eles podem significar qualquer coisa que seus intérpretes queiram que ele signifique

Stuart Hall, em palestra intitulada *Raça: o significante flutuante*, proferida no Goldsmith College, Universidade de Londres, em 1997, diz que, ao classificarmo-nos em tipos distintos de acordo com as características físicas ou intelectuais, obedecemos a um impulso cultural positivo pois só assim podemos gerar significados. Entretanto, o importante é identificar quando os sistemas de classificação tornam-se objetos de distribuição do poder. O que o racismo como filosofia sustenta é que há uma conexão natural entre a aparência, diferenças de cor, cabelo e ossos e o que as pessoas pensam e fazem, o quão inteligente elas são, se são bons atletas, bons dançarinos ou mesmo civilizados. Os racistas acreditam que

estas características não são o resultado do meio ambiente, mas da nossa genética. Entretanto, todas as tentativas de fundamentar o conceito de raça cientificamente, no que se poderia chamar de fundamentos biológicos ou genéticos têm-se demonstrado amplamente insustentáveis. Raça, portanto, é um significante flutuante.

Em nossa análise utilizamos o conceito de significante flutuante de Ernesto Laclau, professor de teoria política da Universidade de Essex onde fundou e dirigiu por muitos anos o programa de pós-graduação em Ideologia e Análise do Discurso, assim como o Centro de Estudos Teóricos em Humanidades e Ciências Sociais. Nascido na Argentina Laclau foi ativista, membro do Partido Socialista da Esquerda Nacional e editor do jornal *Lucha Obrera*, publicação desse partido. Em suas obras Laclau discute universalidade/particularidade, articulação, cadeia de equivalência, cadeia diferencial, pontos nodais, hegemonia, significante vazio/significante flutuante.

Em entrevista realizada em dezembro 2013 para este estudo, o Prof Laclau esclareceu que um significante não é um conceito por si, porque um conceito deve ter um conteúdo concreto. Um significante é um nome e a diferença entre um nome e um conceito é que um nome não tem um conteúdo concreto. Um nome opera como suporte para uma certa forma de articulação, é o que sustenta a unidade da coisa; não é que a coisa tem algo próprio que transmite a um nome. Para LACLAU (2007) existem dois tipos de significantes: o vazio e o flutuante. Um significante vazio é aquele que tenta quebrar sua relação com qualquer significado a fim de representar um campo heterogêneo. Um significante flutuante é aquele que pode articular-se com uma variedade de projetos concretos. Então, porque ele se move entre os projetos, ele não é vazio, ele é flutuante.

Laclau exemplificou significante vazio com o movimento *Solidarność* liderado por Lech Walesa nos estaleiros Lenin, em Gdansk, Polônia, nos anos 1980. O movimento se iniciou ligado a um conjunto de demandas precisas dos trabalhadores da indústria naval, mas com o tempo passou a abarcar muitas outras demandas em diferentes áreas. No final *Solidarność* tornou-se o significante de algo muito mais amplo. Quando se tem essa universalização, corta-se a ligação entre este significante e o significado para o qual foi anexado no início e ele tende a se tornar vazio. No caso do *Solidarność*, no início teve um significante, mas as demandas aumentaram tanto que a referência a um significado particular foi diluída.

Um significante flutuante é diferente. Ele pode ser conectado a diferentes contextos, portanto a função de significação em cada contexto é plenamente realizada. Ele pode até ser ambíguo: uma sobre-determinação ou sub-determinação de significados impede que ele seja



totalmente resolvido. No entanto, ainda não significa que seja vazio. Ele flutua entre diferentes formas de articulação, em diferentes projetos. Muitas vezes os dois conceitos, flutuante e vazio, se sobrepõem, porque você nunca vai ter um significante que é tão precisamente ligado a um significado que o vazio desaparece, mas você não vai ter um significante que é tão vazio que nenhuma referência é incluída por ele.

No que diz respeito a maior intencionalidade social que deve possuir uma instituição de ensino como a universidade que é a formação de cidadãos, o significado da palavra cidadania permanece em aberto aos contextos e opções de projetos a que ela se permitir articular. Reside então no significante flutuante fortes possibilidades de ser criativo, inovador, plural, aberto à heterogeneidade do mundo que precisa encontrar no espaço acadêmico oxigênio para florescer em todo seu potencial emancipador. Para que Cidadania Planetária seja articulada, portanto, é necessário estabelecer projetos que lhe dêem significado.

## 5 CONCLUSÃO

As ideias defendidas neste ensaio formam a tentativa de defender um conhecimento mais próximo às necessidades sociais, e sobretudo mais justo e igualitário desenvolvido no chão da universidade e solidariamente fora dela. Para que *a universidade não ensine somente o conhecimento dos vencedores, mas também o dos vencidos*<sup>4</sup>, a via da ecologia de saberes nos parece a mais coerente e democrática não só no sentido epistemológico, como também de cidadania

Compreendermos que a pluralidade de contextos discursivos onde este conhecimento se desenvolve é fazer jus a etimologia da palavra universidade. Este espaço de fecunda heterogeneidade de saberes, visões de mundo, e mesmo contradições dialéticas deve constituir-se como lugar de formação e exercício do diálogo, da escuta, da desconstrução crítica do aparente e por vezes hegemônico, forjando uma cidadania cada vez mais ampliada no sentido de suas escalas, como também de sua profundidade política.

A idéia de significante flutuante aqui explicitada nos leva a defender que para efetivamente termos uma Cidadania Planetária os projetos que a articulam devem necessariamente incluir os saberes formais junto com os outros saberes, levando portanto a

---

<sup>4</sup> Expressão parafraseada do professor Boaventura de Sousa Santos em palestra de abertura do *Encontro Internacional Ecologia de Saberes: Construindo o Dossiê Sobre os Impactos dos Agrotóxicos na América Latina*, ocorrido na Concha Acústica da Universidade Federal do Ceará (UFC) em outubro de 2013. Conferir reportagem no site: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/radar/2013/10/23/noticiasjornalradar,3151128/sociologo-boaventura-prega-valorizacao-dos-multiplos-saberes.shtml>. Acessado em 26 de maio de 2014.

universidade a uma política de inclusão epistemológica, convidando outros parceiros há muito deixados fora de seus muros.

Somente através do diálogo com essas outras vozes sociais é que a universidade dará conta de estabelecer uma relação entre os diversos elementos no campo discursivo. Projetos que incluam significados como internacionalismo, cosmopolitismo, sustentabilidade, direitos humanos, justiça social, interdependência, em estreita relação com o conhecimento científico natural, vêm atribuir ao significante flutuante Cidadania Planetária seu conteúdo crítico.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: JorgeZahar Editor, 2001. p. 150-192.

BRAUDEL, F. A dinâmica do capitalismo. Lisboa: Teorema, 1985

EPSTEIN, I. Revoluções Científicas. São Paulo : Ática, 1988.

GIDDENS, A. As Consequências da Modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

GOLDMAN, R & PAPSON, S (1994) Advertising in the Age of Hypersignification, InTheory, Culture & Society, 11, 3 (August): pp.23-53

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

HALL, S. Race, the floating signifier. Northampton, Massachussetts: Media Education Foundation, 1997. Disponível em: <http://www.mediaed.org>. Acessado em: 26 fev. 2014.

JAPIASSU, H. Introdução ao pensamento epistemológico. 4.ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves Editora, 1986.

KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas. 6. ed. São Paulo : Perspectiva, 2001.

LACAN, J. Écrits: A Selection. London: Tavistock , 1977

LACLAU, E. Emancipation(s) London:Verso. 2007

LÉVI-STRAUSS, C. Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss (Marcel Mauss, Sociologie et anthropologie) Paris: LesPressesUniversitaires de France, 4ème édition, 1968

LÉVY, P. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LYOTARD, J.F..O Pós-Moderno. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

LIPOVETSKY, G.; CHARLES, S..Os tempos hipermodernos. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MANDEL, E. O Capitalismo tardio. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

PEREIRA, E. M. A., Pós-Modernidade: desafios à universidade. In SANTOS FILHO, J. C., MORAES, S. E. (org.), Escola e Universidade na Pós-Modernidade, Campinas-SP: Mercado de Letras, São Paulo, FAPESP: 2000.

SANTOS, B. S. A crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000. Boaventura de Sousa Santos. – 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes”, in Santos, Boaventura de Sousa e Meneses, Maria Paula (Orgs.), Epistemologias do Sul. Coimbra: Editora Almedina, 23-71, 2009

\_\_\_\_\_. Um discurso sobre as ciências. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

\_\_\_\_\_. (org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Afrontamento, 2005. v. 4.

\_\_\_\_\_ Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, in Barreira, César (Ed.), Sociologia e Conhecimento além das Fronteiras. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2006

\_\_\_\_\_ A Universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. – 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção questões da nossa época ; v. 11)  
SAUSSURE, F. Cours de Linguistique Générale. Paris: Payot, 1979.